



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0786/04	DATA: 8/6/2004
INÍCIO: 19h17min	TÉRMINO: 20h48min	DURAÇÃO: 01h31min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h31min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 19

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Apreciação do relatório final da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Há intervenções inaudíveis.
Há oradores não identificados.
Há expressões ininteligíveis.
A reunião foi suspensa no final.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os trabalhos da CPI da pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Hoje foi um dia muito importante para todos nós. Nós lemos o Relatório do Deputado Josias Quintal, um Relatório substancial que sintetiza os trabalhos da CPI no último ano, CPI que eu considero uma das mais exitosas da atual Legislatura — para vocês terem uma idéia, a CPI conseguiu que, em São Paulo, fossem abertos pelo menos 400 inquéritos contra pirataria e contrabando —, CPI que fez dezenas e dezenas de buscas e apreensões. Eu me lembro que nós fizemos várias buscas e apreensões na 25 de Março e, em toda busca e apreensão, a gente sempre ia coletando dados, materiais informativos, para que pudéssemos acurrular aquele que é considerado o maior contrabandista brasileiro, o Sr. Law Kin Chong. Todas as batidas que fazíamos na 25 de Março não eram feitas por acaso. Elas eram feitas com o objetivo de a gente prender, de a gente obter provas contra o Sr. Law, que era considerado um homem, assim me disse um juiz, blindado juridicamente, que não se chegava nele. O Al Capone também era blindado.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Para ver como as blindagens não funcionam.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Para ver, como diz o Tuminha, como as blindagens não funcionam. Toda blindagem sempre tem uma bala que arrebenta.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Depende do tamanho da pistola.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Depende do tamanho da pistola, é verdade. Trabalhamos na prisão do Sr. Lobão, que foi o maior traficante de cigarros do Brasil, o maior contrabandista de cigarros, e até agora continua preso. Policiais continuam presos. Ajudamos na Operação Anaconda, passamos informações, recebemos informações. Trabalhamos coletivamente com o Ministério Público, a Polícia Federal e todos os órgãos de repressão ao crime organizado no País. Nós lemos o Relatório, suspendemos a leitura do Relatório, para que os Deputados tomassem ciência, e vamos fazer aqui uma discussão. Está inscrito o Deputado Robson Tuma, para fazer uma avaliação do nosso Relatório. Deputado Robson Tuma.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Relator, este é um trabalho que se encerra depois de cerca de um ano, um ano com muitas confusões por todo o País, um ano em que os Parlamentares tentaram, pelo menos, minimizar o problema, que é um problema que tem criado grande prejuízo para o País e para certas empresas a respeito de produtos pirateados. Eu acho que nós estamos concluindo com um Relatório, não um Relatório 100% perfeito, mas um Relatório, como sempre, ainda com algumas falhas, um Relatório que teria ainda a necessidade de ter certos avanços, porque é um problema grave em todo o País o problema da pirataria. Mas foi o primeiro grande avanço que se teve na luta contra a pirataria. Eu cito alguns exemplos do que eu acho que poderia ter, mas não depende somente dos Parlamentares desta Casa. Hoje, no mundo inteiro, não existe, por exemplo, um conceito do que é pirataria. O que é pirataria? É uma produção em massa, sem autorização, uma reprodução de cópias e venda? Ou também é pirataria, por exemplo, uma cópia de um CD produzido numa residência, através de um aparelho que copia CDs, ou até mesmo copiado pelo computador, baixado da Internet? Isso também é uma cópia. Mas é ou não uma cópia que deve ser considerada uma pirataria ou um crime? Ou somente devem ser consideradas pirataria cópias em massa de produtos sem autorização para serem vendidos? Esse é um conceito que nós não temos, o mundo ainda não fez um pacto entre os países que sofrem com o problema de pirataria. Se entendermos que qualquer tipo de cópia sem autorização é crime, é um produto pirateado, teremos que também proibir os equipamentos que fazem cópias de DVD, de CD, porque, senão, obviamente, nós teríamos talvez não um problema em massa, mas um problema em séries pequenas, porém ainda existiria o problema da pirataria. Inclusive disse isso para o Secretário americano, que depois me disse que era uma coisa certa, que nós tínhamos que ter um grande avanço entre os países que sofrem com isso, uma grande reunião, para que nós pudéssemos chegar a um consenso do que deve ser considerado pirataria em todo o mundo. Mas, enfim, eu acho que o Relatório está muito bem feito, muito elaborado. É claro, não é aquele 100%; infelizmente, nenhum de nós talvez conseguisse fazer alguma coisa 100%, mas ele tem grandes avanços em relação à pirataria. Há duas coisas só que eu gostaria de ponderar. Eu não vi aqui uma recomendação às Prefeituras. E aí eu cito o caso que eu sempre citei de



São Paulo, porque a CPI esteve várias vezes na Galeria Pajé, no *shopping*, lá na 25 de Março, que eu nem lembro o nome do *shopping*, enfim, fomos várias vezes. A Polícia foi várias vezes, várias vezes foi apreendido um monte de coisas. Foi preso agora o chinês que é considerado um dos maiores contrabandistas do mundo, e lá continua funcionando a Galeria Pajé e os *shoppings* todos que vendem os produtos contrabandeados. Ora, nós não temos autonomia nem poder público para fechar. Nós tínhamos de ir lá apreender o equipamento, a polícia tinha de ir lá apreender o equipamento, prender os envolvidos, fazer os indiciamentos, e isso está aqui. Agora, a Prefeitura tem que cassar o alvará, porque se a Prefeitura não cassar o alvará, esta CPI vai se encerrar e, obviamente, nós vamos ver nos próximos meses novas mercadorias chegando, novas mercadorias sendo vendidas e novamente nada será feito em relação ao que a Comissão já falou que deve ser feito. Então, eu gostaria que fosse incluído aqui um apelo aos órgãos públicos responsáveis, para que nós não tivéssemos mais esse tipo de ocorrido, ou seja, a polícia faz a parte dela, o Congresso faz a parte dele, mas a Prefeitura nem sempre faz a sua parte. E há outro aspecto, que é só uma questão eu acho que de redação. Na página 29, quando V.Exa. fala aqui da área de bebidas, V.Exa. fala da área de bebidas em vários Estados, só que, na página 29, uma pequena correção, porque V.Exa. só fala de um Estado. Então, aí, há controvérsia entre o que está no meio do Relatório e o começo do quarto. E também incluir refrigerantes, que não estão incluídos aqui. É uma questão só de redação aqui, que V.Exa. pode ver depois. A única coisa que eu acho que faltou é a questão dos alvarás de funcionamento das casas que tiveram problema. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Robson Tuma. O Relator vai ouvir mais Deputados ou falará agora?

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Uma questão de ordem. Eu acho que a gente podia avançar e V.Exa., Relator, podia ir anotando, e aí o Presidente comanda: a cada grupo de 3 Deputados, o Relator poderia se posicionar e responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O.k. Com a palavra o Deputado Julio Semeghini, sobre o Relatório.



O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje é um dia de uma certa emoção nesta Casa, é um dia de emoção para todos nós que, por várias vezes, no trabalho desta CPI, chegamos até mesmo a querer mudar, a querer sair desta CPI porque nos desiludimos com o trabalho da CPI e passamos por várias dificuldades. Uma delas foi que tivemos que trocar o Relator; outra é que nós mesmos tivemos problemas com as autoridades. Mas devagar, liderando, Deputado Medeiros, V.Exa. foi criando uma equipe. Antes de falar do Relatório, eu queria agradecer. Aqui temos representantes da Polícia Federal, temos representantes de vários outros departamentos que vieram nos ajudar para que a gente pudesse chegar aonde chegamos. Eu mesmo aprendi muito com o trabalho que esta equipe fez até este momento. Por isso eu gostaria de, antes de tudo, parabenizar todos aqueles que realmente ajudaram, nos ajudaram nas batidas; as Polícias Estaduais, as Polícias Civil e Militar de São Paulo, a Polícia Federal e também todo o Poder Judiciário, que por várias vezes acatou de forma emergente e urgente decisões de prender ou não soltar pessoas, ou até mesmo de não mudar um plantão que podia, na verdade, em São Paulo, ter permitido que fosse liberado o Sr. Lobão. Várias coisas foram aqui feitas nesse trabalho, onde fomos construindo essa equipe. Muitos Deputados dedicaram-se aqui, alguns deles de forma intensa, a este trabalho de 12 meses nesta CPI. Gostaria, Relator, de poder dizer algumas coisas importantes que V.Exa. colocou neste Relatório, mas eu gostaria de pedir para que V.Exa. também colocasse alguma coisa que também acho que ainda não está aqui atendido. Quero dizer primeiro em relação aos dados que V.Exa. coloca no Relatório, a coragem que tem de colocar o nome das pessoas que realmente foram apuradas e que aqui se envolveram durante esse processo. E o fez de forma brilhante e de forma também técnica, sem sequer estar comprometendo, mas detalhando as denúncias que recebemos e pedindo para que todas elas fossem na verdade apuradas. Quero dizer que aqui tenho um prazer muito grande de saber da forma como V.Exa. tratou de cada setor desse daqui. Quero ressaltar algumas das pessoas que por várias vezes em um trabalho pessoal seu e da nossa Comissão... Primeiro a forma como aqui está colocado. O senhor colocou muito bem o império de Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, que por nós, quando entrevistado, houve dificuldade, houve



constrangimento de vários Deputados. Mas foi talvez um equívoco até da CPI, que, naquele momento, se dedicou demais ao caráter investigativo, ao caráter da polícia, mas nós mesmos, naquele momento, fomos criticados por vários jornais, até jornais que eu tenho como referência de melhor neste País. Mas é bom que a gente esclareça também ao Brasil que nós precisávamos avançar em algumas investigações, até para sabermos realmente qual era a raiz, qual era a profundidade de cada um dos impérios que estávamos pesquisando. E V.Exa., ao chamar de império do Sr. Roberto Eleutério da Silva, o Lobão, o faz com precisão e detalha muito bem. Da forma como V.Exa. colocou aqui, o Paraguai, o chamado Dibb, que é dono, na verdade, de grande parte da indústria e exerce de forma exaustiva e inconcebível por qualquer cidadão brasileiro ou autoridade naquele País, de forma que permite não só que todos os cigarros ali fabricados entrem de forma absurda em nosso País, através de carretas e de suporte, não só de carreta, mas comboio de vários caminhões por dentro deste País e trafegam e acessam para vários lugares. E V.Exa. o faz e coloca de forma brilhante, através de gráfico, como é que toda essa cadeia está estruturada e está envolvida. É assim mesmo que esperávamos que esse Relatório fosse feito. V.Exa. também coloca muito claro outros criminosos que aqui vieram, e o fez de forma brilhante. Outra coisa que o Relatório desta CPI faz. Nós não tínhamos que nos ater ao caráter investigativo. Isso, sim, aí nós teríamos distorcido o que esta CPI deveria ter feito, mas fomos profundamente em cada setor. O setor de bebida, na verdade, fez um trabalho e deixa uma proposta clara, que é o medidor de vazão. Sabemos que a Secretaria da Receita, na verdade, está avançando, já tem decreto, tem trabalho sendo feito. Mas quero lembrar que nós começamos esse trabalho há um ano, e há mais de um ano, na verdade, estamos ainda implantando, e esse medidor de vazão, que vai reduzir drasticamente a evasão fiscal no setor de bebidas, só poderá ser feito realmente com sucesso se for implantado através de projeto de lei, que o seu Relatório propõe e a CPI deverá assinar, para que seja feito de forma obrigatória, em todos os Estados do Território Nacional, porque se fizermos em um grupo de territórios, essas empresas se deslocarão para outros Estados e vai continuar a acontecer a evasão. Na parte de remédios, quero destacar o trabalho brilhante da Deputada Vanessa Grazziotin, que foi fundo, estudou, se dedicou, pesquisou e teve apoio dos técnicos desta CPI,



buscou o apoio da ANVISA e concluiu de forma brilhante, para mostrar o quanto é sensível e o quanto é susceptível à corrupção ou o quanto é susceptível a fabricação de remédios, até com autorização de fabricar produtos animais neste País. E, além de tudo, propõe, de forma brilhante, que sejam definitivamente estabelecidas no Brasil as barras de identificação dos remédios mais críticos que permitem a rastreabilidade, e, quando dermos uma batida numa farmácia, possamos realmente saber até onde e em que data o remédio foi produzido. Quero também destacar aqui vários outros setores sobre os quais cada Deputado vai falar, mais um sobre que pude trabalhar muito bem, o de microcomputadores, principalmente o de *notebooks* e de computadores portáteis. É um absurdo o que vimos no Brasil: computadores são encomendados, publicados nos jornais, comprados por telefone e, 2 ou 3 dias depois, entram pelos aeroportos internacionais brasileiros e são entregues na casa das pessoas, sem nenhum histórico. E o que mais nos surpreendeu foi que isso não está restrito à compra de uma ou duas pessoas, mas está alcançando as grandes empresas nacionais, que compram, através de licitação, 20, 30, 40, 100 computadores portáteis, principalmente *notebooks*, que, na verdade, não têm um documento de origem. Sei que várias coisas em cada setor aqui investigado estão sendo sugeridas por esse Relatório. Tenho um prazer enorme de poder ter participado desta CPI, mas quero dizer duas coisas importantes. O Deputado Robson Tuma colocou com clareza, citou aqui o exemplo da ausência do Poder Municipal. Quando é instaurada, é feita uma diligência dentro de um *shopping*, são apreendidas toneladas e toneladas, caminhões e caminhões de produtos pirateados, contrabandeados, sem origem, em um *shopping* em que mais de dois terços das pessoas que nele trabalham não têm registro no Brasil, nem sequer sabem falar uma palavra em português, um *shopping* totalmente fora da lei, em todos os sentidos que nós pudermos imaginar, é preciso impedir que esse tipo de *shopping* volte a funcionar. Então, não é só o alvará do Poder Municipal que tem de ser cassado, é a integração, é o trabalho conjunto dos Poderes que está sendo proposto que seja continuado e seja analisado nesta CPI. Senão, nunca vamos vencer de forma definitiva. Quero, então, que todas as sugestões sejam acompanhadas. Mas quero fazer uma sugestão ao Presidente, primeiro, antes de fazer uma sugestão ao Relator. Primeiro, Presidente, que realmente seja discutida uma forma de que esse



grupo de Parlamentares, esse grupo de técnicos que se construiu junto com a liderança de V.Exa. durante o trabalho desta CPI não se perca; que, de uma forma ou outra, possamos continuar organizados e acompanhando sugestões aqui colocadas, para que a gente tenha certeza de que isso vai ser implementado no Brasil. Não podemos perder e nem permitir, de forma nenhuma, que isso se transforme num relatório qualquer e vá para a prateleira. Mesmo que aqui esteja claro, mesmo que aqui esteja sendo encaminhado aos Ministérios Públicos, mesmo que aqui esteja sendo encaminhado à Receita, à Polícia Federal, precisamos, com clareza, fazer com que essas coisas sejam acompanhadas. Agora, há uma sugestão que faço ao Relator. Eu, quando Deputado ainda participante desse (*ininteligível*), fiz solicitação na tribuna desta Casa. Quero aqui parabenizar a Polícia Federal de Brasília... Sr. Presidente, peço que V.Exa. peça silêncio, porque estou concluindo e não quero perder o raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Também concordo. Gostaria de pedir silêncio.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Quero dizer ao nobre Presidente que senti hoje orgulho enorme da Polícia Federal brasileira quando lhe acompanhou, pegou em flagra e prendeu um dos maiores traficantes deste País — temos muitos que não chegamos a pegar ainda —, o Sr. Law. Mas eu tenho uma solicitação feita na tribuna desta Casa para a qual nunca recebi esclarecimento. Uma das primeiras batidas que fizemos, na época em que o Sr. Lobão foi preso, e é um traficante tão perigoso ou até mais do que o Sr. Law — não há aqui que se comparar qual é o maior crime; ambos são terríveis e precisam ser punidos —, e um livro sumiu na trajetória em que se estava discutindo entre a Polícia Federal e a Justiça Federal. Aquele livro tem, tanto quanto tem neste hoje, apreendido do Sr. Law, uma série de informações: quem recebia propina, quem era corrompido, quem recebia ligações dele. Aquele livro até hoje não mais apareceu, e é necessário que fique claro no nosso Relatório que a gente cobre que a Polícia Federal, mesmo tendo o grande mérito que teve nessas coisas, mesmo sabendo que não é a instituição da Polícia Federal que está afetada, mesmo não sabendo que seja a Justiça Federal, mas é importante que essa experiência amarga, terrível, que mostra a corrupção dentro das instituições brasileiras, seja esclarecida e faça parte do Relatório, Sr. Relator.



Para terminar, quero dizer claramente também outra coisa que gostaria de pedir: que realmente nós tivéssemos membro representante no Comitê Interministerial do Poder Executivo Federal e sugerir que todos os Estados estabeleçam e criem esses comitês, não interministeriais, mas intersecretariados, para que possa haver a ação conjunta do Poder Federal, dos Poderes Executivos, dos Poderes Municipais, mas, acima de tudo, ter sempre a participação também dos representantes do Poder Legislativo, que não estão incluídos hoje nesse Poder. São as duas sugestões que tenho ao Sr. Relator. Para terminar, quero dizer que o Relatório está muito bem feito, fácil de pesquisar e de forma objetiva poder ser cobrado de qualquer coisa que tenha sido esquecida. Muito obrigado, Sr. Presidente; obrigado, Sr. Relator; e parabéns a todos aqueles que compuseram o grupo de trabalho desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Julio Semeghini, sua intervenção foi um verdadeiro relatório das atividades e sugestões da CPI. Também concordo com várias sugestões que V.Exa. fez e também faço minha sua preocupação com aquela agenda que sumiu. Realmente aquela agenda tinha bastante informações e ela sumiu quando saiu da Polícia Federal para o Ministério Público — e aí eu não sei realmente quem é o culpado, mas a agenda...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Foi da Justiça Federal para a Polícia Federal, e a gente não sabe onde sumiu. Agora, é importante também que se tomem providências para evitar que qualquer documento apreendido no processo do Sr. Law possa ser extraviado e não permita que a gente conclua o processo investigatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu acho que o Dr. Queiroz, que foi o delegado encarregado da prisão, tomou todas as providências no sentido de que nenhum documento do Sr. Law sumisse, inclusive sua agenda pessoal, o seu computador pessoal, que parece ter muitas revelações. Eu passo a palavra ao Relator, porque teve duas intervenções que colocaram algumas questões...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não, Deputada Laura Carneiro.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, imagino que a gente deva votar essa matéria amanhã, e V.Exa. não vai encerrar a discussão, vai? V.Exa. vai manter a discussão e nós votaremos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Perdão, não ouvi.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - V.Exa. vai encerrar a discussão ou continuaríamos amanhã?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nós vamos fazer uma discussão...

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu não posso discutir porque eu não consegui terminar de ler. É impossível.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - V.Exa. não se inscreveu.

(Intervenção inaudível.)

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Sr. Presidente, eu não pude terminar...

(Não identificado) - Sr. Presidente, pela ordem: há uma lista de inscrição.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Estou fazendo uma questão de ordem. Já estou inscrita, é apenas uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Um minuto, por favor.

(Não identificado) - Eu já pedi a V.Exa., viu, Sr. Presidente?

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Eu só quero uma questão de ordem, Sr. Presidente: eu quero que V.Exa. apenas me diga se amanhã é possível ainda discutir a matéria, na medida em que eu não terminei de ler, porque eu estava verificando um projeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - É possível; nós vamos fazer uma discussão hoje. O que pretendo fazer é o seguinte. Nós temos aqui uma questão: há um pedido de vista do Deputado Wanderval Santos. Ele vai ter de decidir se ele mantém isso ou se ele retira — é um problema que ele tem de resolver consigo mesmo. Para mim, dá no mesmo. Se ele retira, podemos votar amanhã; discutir e, amanhã, dar prosseguimento à discussão e votar. Se ele não retira, eu já marco a votação para terça-feira próxima.



A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Então, Sr. Presidente, eu queria apenas registrar que, tendo em vista que eu não terminei de ler, embora tenha lido já uma parte — queria já parabenizar o trabalho do Deputado Josias Quintal e de V.Exa. e de todos os membros desta Comissão —, mas me reservo o direito então de amanhã discutir e encaminhar minha votação na medida em que estava discutindo o projeto do Senador Sarney. Muito obrigada, Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está garantido o seu direito, Deputada Laura Carneiro. Sua intervenção é muito importante, pois sempre traz coisas novas para a discussão. Você se reserva o direito de ler o Relatório. Perfeitamente. É importante a sua intervenção, e amanhã nós continuaremos e votaremos, amanhã ou depois, com a certeza de sua intervenção.

A SRA. DEPUTADA LAURA CARNEIRO - Obrigada, Sr. Presidente. Amanhã estarei novamente aqui.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - A reunião será às 10 horas, Deputada Laura Carneiro. Deputado Robson Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, eu queria aproveitar o momento em que está sendo discutido, obviamente, para que nós, Parlamentares, pudéssemos ficar sabendo o que vai acontecer. Como nós vamos votar, discutir hoje e amanhã cedo e votar amanhã, eu queria fazer um apelo ao Bispo Wanderval, ao Deputado Wanderval no sentido de abrir mão do pedido de vista, já que haverá a possibilidade de ser discutida a matéria hoje e amanhã cedo. Então, faço esse apelo ao Deputado, para que pudéssemos votar. Nós estaríamos dentro do prazo, que se encerra na quinta-feira, que é feriado; nós estaríamos dando uma resposta de pronto, já que o Relatório está aí, à sociedade, que está aguardando a votação desse Relatório. Então, eu faria um grande apelo ao Deputado Wanderval. Ele poderia abrir mão do pedido de vistas, já que nós vamos ter hoje e amanhã pela manhã para ser discutida a matéria e para ser votada a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Passo a palavra ao Deputado Rubinelli. Deputado Rubinelli.



O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Relator, Josias Quintal, eu quero também parabenizar o trabalho de toda a equipe, do Presidente, do Relator, dos Deputados Julio Semeghini, Julio Lopes Vanessa Grazziotin, Bispo Wanderval, Robson Tuma e Laura Carneiro, enfim, e também de toda a equipe que assessorou a CPI, os integrantes da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária, toda a equipe técnica que assessorou a CPI. Eu quero parabenizar também o Relatório elaborado pelo nosso Relator. Porém, eu não sabia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, dessa informação do Deputado Julio Semeghini de que esse importante documento, a agenda, teria desaparecido. Eu acho fundamental, se já não tiver constando no Relatório, que conste no Relatório que nós esperamos que já estejam sendo tomadas medidas legais e administrativas por parte da Polícia Federal no sentido de apurar responsabilidades por conta do desaparecimento desse documento. Este é o primeiro ponto que eu gostaria que constasse nos documentos. Gostaria de fazer essa observação, porque acho que é de fundamental importância que conste no Relatório que a CPI quer que sejam tomadas as providências e instaurado um processo administrativo para verificar responsabilidades, para descobrir quem é o responsável pelo desaparecimento dessa agenda. Segundo, acho também que, no transcorrer da CPI, nós tivemos alguns depoimentos que foram, digamos assim, extremamente delicados. Eu me lembro, na Assembléia Legislativa, de depoimento de um ex-funcionário do *shopping*, um adolescente, um jovem, que dizia que estava ameaçado de morte nesse depoimento. Eu não me recordo o nome dele, mas ele citou que era ele o responsável por fazer as cobranças das locações dos boxes ali no *shopping* e ele estaria sendo ameaçado de morte. E ele, nesse momento, citou também, ele fez uma afirmação extremamente delicada que envolvia setores da Polícia Federal com atividades irregulares. Eu acho que é importante também que isso seja relatado para a Polícia Federal, para ela verificar se isso procede ou não. Quero dizer também, Srs. Deputados, que, nos transcorrer da CPI da Pirataria, pudemos verificar que há uma conexão de pirataria propriamente dita também com a prática de adulteração de combustível; ou seja, através dos documentos reunidos pelo Departamento de Investigação da CPI, fica muito claro que contraventores, que pessoas que praticavam crimes os mais diversos na área de adulteração de combustível



praticavam também pirataria, estariam também envolvidos com setores da pirataria, e mais, digamos assim, para ser mais exato, a comercialização de cigarros envolvendo a aquisição de uma indústria, que pode estar envolvida também com sonegação fiscal. A CPI tem documentos que indicam que o Sr. Ari Natalino, que operava no setor de combustíveis, estaria, me parece que teria adquirido uma indústria de cigarros. Então, eu não tive ainda a oportunidade de ler o Relatório todo, mas eu acho que é fundamental que conste no Relatório da CPI que as pessoas e vários nomes que surgiram na CPI de Adulteração de Combustível surgem também nas investigações da CPI da Pirataria. E eu sugiro, Sr. Relator, que seja feito um estudo dos nomes que coincidem e que aparecem na CPI da Pirataria e que são também nomes que surgem na CPI da Adulteração de Combustível. E quando eu digo nome, Sr. Relator, eu digo tanto o nome da pessoa física como também das pessoas jurídicas, as empresas. Então, eu gostaria que no Relatório constasse essas “coincidências”, digamos assim, entre aspas. Então, eu solicito que seja feito esse cruzamento de informações e depois seja enviado da CPI esse cruzamento de informações. Aliás, Sr. Relator, me parece também que alguns nomes que surgem na CPI do Roubo de Cargas, surgem também na CPI da Adulteração de Combustível e na CPI da Pirataria.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - E do Narcotráfico.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - E do Narcotráfico também, segundo nosso amigo e Deputado Robson Tuma. Então, o que nós percebemos é que são bandidos, praticamente, pode-se concluir isso, bandidos, pessoas que estão em todos os segmentos criminosos. E que esses nomes, Sr. Relator, sejam encaminhados para o Ministério Público Federal, para a Polícia Federal e para a Receita Federal, para que eles possam começar, a partir daí, a fazer toda uma operação de investigação dessas empresas e dessas pessoas. Quero dizer também, nobre Relator, que, curiosamente, tramita na 1ª Vara Federal de São João de Meriti um processo que corre sobre segredo de Justiça e que é relacionado à adulteração de combustível. Acredito que, nesse processo, segundo foi veiculado na imprensa, teria informações fundamentais de pessoas envolvidas com o crime organizado e que dariam suporte para o crime organizado. Então, seria extremamente oportuno que as autoridades, que a CPI recomendasse que o Ministério da Justiça



acompanhasse também esse processo que tramita na 1ª Vara Federal de São João de Meriti, no Estado do Rio de Janeiro, e que trata de adulteração de combustível. Gostaria também, considerando que foi citado... Só um minutinho, porque estou me encontrando aqui. Eu gostaria também, considerando que houve essa ligação da CPI da Pirataria com a CPI de Adulteração de Combustível, eu gostaria que no nosso Relatório também constasse uma recomendação para que Receita Federal fizesse uma auditoria nessas usinas de álcool que foram citadas na CPI dos Combustíveis, Sr. Relator. E gostaria também que houvesse uma recomendação para que a Receita Federal, a Polícia Federal e o Ministério Público fizessem uma profunda investigação em cima de algumas empresas que eu passo a citar o nome agora — algumas V.Exa. já fez constar em seu Relatório, mas são empresas que surgem tanto na CPI da Pirataria quanto nas outras CPIs: Santa Úrsula Empreendimentos; RGM Locadora de Veículos; Dois por Sete Transportes; MC Transportes; Indústria, Comércio e Participação Santa Rita; São Cristóvão Empreendimentos e Participação; Cibrasa Indústria de Tabacos; Flex Rio Indústria Gráfica Ltda.; e Proforma Distribuidora de Fumos Ltda. Essas empresas merecem uma atenção especial por parte da Receita Federal, da Polícia Federal também, porque algumas delas surgem em ambas as CPIs, Sr. Relator. Se houver alguma dúvida com relação a alguns dos pontos que estive citando aqui, seria interessante que V.Exa., depois, pegasse uma cópia desses documentos, que eu poderia passar a V.Exa. Mas gostaria também de verificar, parece-me que isso não foi feito, mas me parece — pode ser que eu esteja cometendo um equívoco; se tiver, peço que me perdoem — que no Relatório da CPI da Adulteração de Combustível não foi recomendado — isso me parece, precisamos verificar — que fosse feita uma auditoria nas 200 empresas aproximadamente que são de propriedade do Sr. Ari Natalino da Silva. E considerando que o nome dele também surgiu na CPI da Pirataria, nas nossas investigações, então, gostaria de sugerir que a CPI da Pirataria solicitasse que a Receita Federal fizesse essa investigação nessas aproximadamente 200 empresas que, em tese, seriam de propriedade do Sr. Ari Natalino. Então, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, acho que é fundamental que essas observações também constem no Relatório final. Gostaria que V.Exa. me informasse se elas poderão ser acolhidas ou não, porque, na



impossibilidade de serem acolhidas, poderia apresentar um voto em separado. Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Rubinelli.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nobre Deputada, V.Exa. está inscrita, mas o nobre Relator está dizendo que se não responder algumas questões aqui ele vai se perder. Depois passo a palavra a V.Exa., nobre Deputada. Depois é V.Exa. quem fala.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Depois dele?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Depois dele.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Do Relator?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Do Relator, claro.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ah, então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não. O nobre Deputado Bispo Wanderval Santos vai fazer uma questão de ordem antes de V.Exa.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, Sr. Presidente. Estou inscrito. Pedi a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Ah, tudo bem. Está inscrito aqui. Está aqui.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Então, pronto. Eu estou inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Então, vem a nobre Deputada Vanessa Grazziotin, Julio Lopes e Wanderval Santos. Nobre Deputado Wanderval Santos, a ordem de inscrição está assim. Concedo a palavra ao nobre Relator.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, agradeço a V.Exa. por me permitir responder às perguntas, até porque foram muitas observações. Vou simplificar. Peço aos nobre Deputados que já falaram, questionaram, os nobres Deputados Robson Tuma, Julio Semeghini, Laura Carneiro e Rubinelli, que me compreendam, porque vou sintetizar bastante essas respostas, senão vamos varar a noite só respondendo às indagações que vocês fizeram. Primeiro, com relação ao conceito de pirataria a que o Deputado Robson Tuma se refere. De fato, você não tem esse termo conceituado. É algo de novo — vamos dizer — no cenário, é uma



figura de retórica, pode ser uma gíria até, enfim, mas, com certeza, dentro de algum tempo nós teremos isso devidamente conceituado e, inclusive, tipificado nos códigos como tal. Com relação ao Relatório, ele é imperfeito, sim. O nosso Relatório é imperfeito, eu tenho consciência disso. E temos que fazer até um esforço, Sr. Presidente, nessa fase que ainda não concluímos, não aprovamos o Relatório, para inserir essas sugestões que os companheiros fizeram e fazer com que esse Relatório contenha o máximo possível de informações. Temos esse desejo. Então, nesse sentido, vamos considerar as observações do nobre Deputado Rubinelli — ouviu, Rubinelli? —, vendo de que forma poderemos inserir, porque não podemos perder essa oportunidade de fazer constar no Relatório essas observações de vocês. Com relação às Prefeituras, Deputado Robson Tuma, incluir no Relatório alguma observação sobre as Prefeituras, particularmente, acho desnecessário porquanto isso é uma obrigação das autoridades constituídas.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sim. Então, acho que podemos fazer um expediente à Prefeitura diretamente. Mas quando criticamos as autoridades constituídas, os Governos nos 3 níveis, está implícita essa obrigação também de as Prefeituras agirem, cassando alvarás, não permitindo, porque, afinal de contas, o combate à pirataria é dever e responsabilidade de todos. Quer dizer, a CPI tem essa missão, agora, de fazer esse diagnóstico, mas é sabido que essa é uma responsabilidade de todos, inclusive do Poder Público, em todos os níveis. O Deputado Julio Semeghini enfatiza — e temos que ser justos também — esse apoio das polícias em todas as ações. Temos sido muito críticos com relação à polícia, muito contundentes com relação aos casos de corrupção verificados na polícia, mas temos que reconhecer também que os trabalhos da CPI tiveram êxito, e grande parte do êxito em função do apoio que tivemos das polícias, de policiais que se dedicaram profundamente a essa questão, que gozam da nossa confiança, enfim. Então, é válido que se reconheça o trabalho, o valor das polícias, das diversas polícias do País nesse trabalho. Com relação ao império do Lobão, ao império do Dibb, há referência forte no Relatório com relação a essa questão e nós temos a esperança de que o Brasil, em algum momento, reveja esses acordos e que a diplomacia brasileira, em algum momento, atue de maneira mais clara na proteção



do próprio País, em função da quantidade enorme de produtos, de crime, de drogas que aportam aqui no Brasil vindas das fronteiras, especialmente do Paraguai, conforme mostram os diversos registros, inúmeros registros que temos a respeito. Então, precisamos de uma atuação da diplomacia também nesse sentido, direcionado evidentemente para a atuação do Sr. Osvaldo Dominguez Dibb, que é um barão do contrabando também lá no Paraguai, enfim, com forte influência no Poder Executivo local. Com relação a esses *notebooks*, é realmente estarrecedor você constatar que até mesmo empresas públicas adquiriram *notebooks* sem procedência, por licitação. Então, é um dado que a CPI constatou e que merece, evidentemente, uma investigação por conta daqueles organismos que vão receber esse nosso Relatório. Com relação ao Comitê Interministerial, o companheiro Julio, se observar o final do texto, nós propormos inclusive a extinção desse Comitê Interministerial. Que nos perdoem as autoridades maiores do Executivo, mas o Comitê Interministerial que existe até hoje não disse a que veio. Uma prova disso é que já foi criado há tanto tempo e não apresenta soluções. A pirataria, toda essa atividade cresceu. Então, nós estamos propondo a criação de um outro organismo que tenha esse papel de controlar as ações de repressão, de fiscalização, dentro de uma outra configuração, mas atendendo os objetivos. O Comitê Interministerial, lamentavelmente, não disse a que veio, e temos que ser claros: se não funcionou, que se acabe, que se coloque outra instrução.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Deputado, me permita. Concordo plenamente com V.Exa. Minha dúvida é se estamos incluindo representantes do Poder Legislativo nesse novo grupo que terá um papel similar de fazer as ações integradas.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - A nossa proposta prevê a extinção do comitê e a criação de novos organismos. Evidentemente que, em tempo oportuno, nós, que iremos legislar também sobre essa questão...

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Mas, se possível, já pedir que, nesse novo comitê, haja um representante do Poder Legislativo.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Vamos considerar, e peço que você até me cobre isso para constar do Relatório. Ainda, finalmente, com relação às suas intervenções, eu acho muito interessante, acho que fica uma coisa muito importante



para o País essa norma, essa proposição nossa, que vem de sua autoria — vamos ser justos aqui —, com relação à implantação de medidores de vazão. É absolutamente inconcebível imaginar que um país que produz mais de 11 bilhões de litros, mais de 17 bilhões de litros de refrigerantes e bebidas não tenha nas suas instalações medidores de vazão. Há uma medida governamental, de 2001, que prevê a instalação desses medidores, mas os anos vão-se passando e até hoje não temos isso. Então, a sua proposta de implantação imediata disso é interessante e, com certeza, vai ajudar, e muito, o Governo a controlar essa produção, tendo isso como parâmetro para calcular em algum momento os tributos. Enfim, acho importante demais essa medida. E finalmente, da parte do companheiro Julio, essa questão referente ao livro desaparecido naquele trajeto entre a Polícia Federal e a Justiça. Eu creio que esse fato não deva ser relevante para constar de um Relatório a essa altura, mas ele é importante ao ponto de sugerir ao Presidente que amanhã façamos um ofício da CPI, encaminhado aos órgãos locais, à Polícia Federal, solicitando uma apuração, uma resposta com relação a essa investigação. Então, eu acho que para o Relatório é pouco importante, mas a medida, nossa providência deve ser tomada com a expedição imediata de um ofício pedindo o resultado das apurações acerca desse episódio. Complementando aqui, para terminar as respostas ao companheiro Rubinelli, quanto a esse material relacionado a esse liame existente entre combustíveis, cigarro e possivelmente narcotráfico, eu vou, após o término da sessão, me reunir com V.Exa. para fazermos um ajuste em relação a essas informações, de forma que elas venham constar efetivamente do relatório. V.Exa. já havia me alertado e me mandou um documento. Eu quero ver de que forma isso foi colocado aqui dentro. Vamos ajustar. É mais do que interessante para a CPI, é importante esse dado. Com relação às empresas do Ari Natalino, elas já estão sendo investigadas. Existem inúmeros processos que envolvem o Ari Natalino. São cento e tantas empresas e elas já estão sendo investigadas. Podemos reforçar esse trabalho, mas que fique essa informação. No caso de São João de Meriti, nós vamos procurar conhecer, antes de terminar a CPI, esse procedimento que existe na 1ª Vara Federal — quem são as pessoas envolvidas, qual o nível de comprometimento, qual o nível de importância que eles têm no crime organizado, nessa modalidade delituosa — e tentar adicionar essas informações no relatório.



Então, eu creio que, pelo que pude notar, são essas as indagações. Passo a palavra ao Presidente, em seguida, que vai conceder a palavra aos nossos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Relator, Deputado Josias Quintal. Passo a palavra, agora, à Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, Srs. Deputados, antes de falar a respeito do relatório e de fazer algumas proposições de mudanças não no conteúdo, mas na forma, gostaria de fazer algumas observações mais gerais e, ao mesmo tempo, cumprimentar V.Exa. pelo trabalho que realiza na Presidência da CPI e o do nobre Relator. Eu sei, nobre Relator, que para V.Exa. não deve ter sido fácil ter aceitado a tarefa de relatar já quase que no meio do caminho. Mas penso que V.Exa. respondeu da melhor forma esse desafio, que foi muito grande. Acho que, se nós não temos um relatório perfeito em mãos — e é difícil uma CPI apresentar um relatório perfeito —, temos um bom relatório. Eu não tive a oportunidade de chegar ao detalhe de estudar o relatório, mas, nesse pouco tempo que tivemos, dei uma olhada em todos os seus aspectos, em cada setor levantado. Acho que fizemos um relatório à altura desta Câmara de Deputados. Falando assim, quero dizer que nunca, pelo menos no tempo em que eu presto atenção na política deste País — já se vão mais de duas décadas —, o Brasil viveu um momento cujo debate em torno da pirataria fosse tão rico como agora. O Poder Executivo nunca agiu de forma tão forte e a sociedade brasileira nunca discutiu tanto o problema da pirataria como discute hoje. Eu acho que boa parte desse trabalho nós devemos a esta CPI. Eu sei que muitas pessoas não acreditavam não só na sua capacidade, mas na própria isenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputada, V.Exa. me permite um aparte?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu quero dizer que esta CPI começou com um pedido de audiência pública de V.Exa. para discutir a pirataria. Acho que fizemos uma grande audiência pública. Eu era Presidente da...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Da Comissão de Trabalho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - ... Comissão de Trabalho. V.Exa. pediu uma audiência pública, trouxe empresários, artistas. Em função do êxito dessa audiência pública é que nós, então, pedimos...

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Ganhamos força.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Força para pedir a abertura de uma CPI. V.Exa. não quer falar do seu papel, mas ele foi, Deputada Vanessa, fundamental para a abertura da CPI.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Então, eu quero retribuir a gentileza de V.Exa., devolvendo a mesma gentileza, dizendo o seguinte: V.Exa. teve a hombridade de ser substituído, de solicitar a substituição na Presidência da Comissão do Trabalho para dirigir esta CPI. E tenho certeza absoluta — não apenas eu, mas vários colegas já se pronunciaram da mesma forma, em momentos anteriores — de que a dedicação de V.Exa. a esta CPI, dedicação quase que exclusiva, foi, sem dúvida nenhuma, responsável pelo sucesso que nós estamos colhendo hoje. Não só nós, não a Câmara dos Deputados, mas o Brasil. Não tenho dúvida nenhuma de que qualquer preconceito que havia ainda em torno do debate da pirataria nós conseguimos superar, porque ser contra a pirataria não é um simples ato de defesa de marca. Não. É um ato de defesa do emprego. É um ato de defesa do Estado brasileiro. Então, eu acho que o trabalho que nós todos conseguimos, particularmente V.Exa., na condução máxima desta CPI, desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e o trabalho do nobre Relator foram fundamentais, principalmente para que pudéssemos chegar aonde chegamos e da forma como chegamos. É óbvio que o que estamos ouvindo dos colegas e o que eu vou falar em seguida são observações muito pontuais, nobre Relator. Eu já participei de algumas CPIs na Casa e sei o quanto é difícil votar um relatório, sei a polêmica que a apresentação dos relatórios gera. Nós, aqui, temos pequenas polêmicas — muito mais de forma do que de conteúdo propriamente dito. Isso é uma demonstração da forma coletiva como nós procuramos conduzir o trabalho. Dito isso e cumprimentando, mais uma vez, V.Exas., eu quero fazer aqui algumas observações e, ao mesmo tempo, sugerir-lhes algumas modificações. Repito: não são modificações de conteúdo e sim de forma, Sr. Presidente. Elas não alteram de maneira substancial o nosso relatório. Eu passo a sugerir modificações no Capítulo



6, na página 106, onde temos o relatório respectivo da indústria fonográfica. Nós aqui, neste Capítulo 6, que se inicia na página 106, temos, a partir da página 112, um extenso relato a respeito do Sr. Law Kin Chong. Página 112, Sr. Presidente. Relação de Law Kin Chong com empresas do Amazonas. Primeiro, eu sugiro uma modificação nessa forma de iniciar todo esse capítulo, ou melhor, parte do capítulo. Em vez de “relação de Law Kin Chong com empresas do Amazonas”, colocaríamos “empresas de Law Kin Chong”, porque o que nós estamos relatando aqui vai muito além das empresas com as quais ele tem relações diretas ou indiretas, no Estado do Amazonas. Aqui estão citadas as empresas que se localizam em outras Unidades da Federação. Então, sugiro essa primeira modificação nesse título. Ficaria “empresas de Law Kin Chong”. A partir daí, segue toda uma seqüência. Falamos da Calinda Indústria de Relógios. V.Exa. lembra, Deputado Medeiros, que ele disse que não tinha qualquer ligação com ela. Essa empresa é do irmão dele. Ele assinou várias procurações, abrindo contas em bancos, sendo solidário com essa empresa; ou seja, tem ligação direta com essa empresa. Descobrimos mais: essa empresa Calinda Indústria de Relógios recebeu, Deputados Júlio Lopes e Julio Semeghini, na década de 80, recursos da SUDAM. Para que, nós não sabemos, porque ela nunca foi e não é, até o momento, ativada perante a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Nunca foi uma empresa ativa, registrada e cadastrada perante a SUFRAMA. Apesar de várias vezes ter feito essa solicitação, nunca conseguiu se regularizar perante a Superintendência da Zona Franca de Manaus. Mesmo assim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Como é que ela recebeu o financiamento, Deputada?

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Recebeu recursos da SUDAM. No ano de 1994, Sr. Presidente, ela recebeu 301 mil reais da SUDAM. Deve ter apresentado algum projeto que nós não conhecemos, porque não tivemos tempo hábil para chegar ao detalhe de investigar os projetos que essa empresa tinha aprovado junto à SUDAM. Entretanto, fica aqui o indicativo para que essa investigação continue, através da Polícia Federal e através do Ministério Público Federal. Em seguida, a empresa Calinda... Nós citamos várias outras empresas que mostram uma certa ligação indireta com o Sr. Law; boa parte delas são empresas ligadas à produção de CDs. Agora, deixo patente aqui no relatório que nenhuma



dessas empresas teve qualquer operação vinculada à Superintendência da Zona Franca de Manaus, que sempre negou a condição... nunca liberou a habilitação que seria necessária, por conta de uma série de exigências que ela nunca teria apresentado perante a SUFRAMA. Então, nobre Relator, essa parte que trata das empresas do Sr. Law Kin Chong, eu sugiro que passe para o capítulo específico dele. Logo em seguida ao capítulo da indústria fonográfica, nós temos o capítulo dedicado exclusivamente ao Sr. Law Kin Chong. Para que o relatório seja apresentado da melhor forma, que todo esse conteúdo seja transferido para lá, que fique somente a alínea “c” dentro do capítulo dos CDs, que é onde nós tratamos dele e das importações de CDs. Então, esse pode ficar aqui no capítulo do mercado fonográfico. No mais, Sr. Presidente, na página 110, eu apresento alguma modificação de redação, no sentido de melhorar. Eu acho que não carece... Na página 110, no item 4, apresento um acréscimo aqui, onde nós relatamos que o pólo industrial de Manaus tem sido o grande prejudicado da ação da pirataria no Brasil. E nós vimos isso *in loco*, quando lá esteve um conjunto de Parlamentares, visitando várias empresas, não apenas do setor de CDs, mas empresas do setor de plásticos e do pólo relojoeiro, que sofrem enormemente. Então, na página 110, eu sugiro algumas modificações para melhorar o conteúdo. Da mesma forma, na página 111, Sr. Presidente. Por fim, quanto ao capítulo que se refere a medicamentos, quero aqui agradecer à Consultoria da Câmara dos Deputados o trabalho. Eu acho que nós conseguimos produzir, Deputado Julio Semeghini, um bom trabalho em relação aos medicamentos. Trabalhar com medicamentos falsos não é simples. Nem o Ministério da Saúde detecta onde é produção; imaginem nós, da CPI, sem qualquer mecanismo externo mais consolidado. Nós também temos essa dificuldade. Entretanto, trabalhamos especificamente em 3 casos: 2 de medicamentos de uso oftalmológico e um é o caso do Celobar. Nós procuramos relatar da melhor forma esses casos, em torno dos quais fizemos algumas investigações. Quero dizer que, na época em que o Deputado Leonardo Picciani ainda era o Relator da CPI, nós apresentamos uma solicitação ao Poder Judiciário para a prisão de pessoas ligadas a um desses laboratórios, que produzia aquele medicamento Metil Lens, em Campinas, onde também estivemos. Infelizmente, o Poder Judiciário negou o pedido de prisão que fizemos. E fizemos o pedido de prisão amparados em fatos,



amparados em documentos, Sr. Presidente. Ouvimos toda aquela rede de piratas de medicamentos — homens, senhoras e senhores que, na maior cara-de-pau, diante de todos nós, disseram que compraram uma empresa não pela empresa e sim pelo MS, que era o registro do Ministério da Saúde. E, a partir da disponibilidade daquele registro, passaram a falsificar medicamentos e a vender em uma vasta rede, para o Brasil inteiro, medicamentos que trouxeram transtornos irreparáveis a dezenas de pessoas. Então, quero agradecer o trabalho da Consultoria da Casa na colaboração da elaboração dessas duas partes do relatório — tanto de CDs da indústria fonográfica quanto de medicamentos. Acho que o mais importante que nós estamos apresentando aqui não é somente o diagnóstico ou o relato de alguns casos que o nobre Relator apresenta, através do relatório. Eu acho que a parte mais importante é aquela em que nós apresentamos as sugestões de mudança de legislação e de conduta por parte tanto do Poder Executivo como do Poder Judiciário, no sentido de que possamos, se não acabar com a rede de pirataria no Brasil, pelo menos minimizar significativamente esses números que tantos prejuízos têm causado ao nosso País. Quero dizer que, a partir do momento em que aprovarmos o relatório da CPI, tenho certeza de que todos nós seremos os guardiões, no sentido de buscar o acompanhamento do cumprimento do nosso relatório. Porque, infelizmente, as CPIs acontecem, a imprensa cobre muito bem o trabalho dos Parlamentares, mas, uma vez aprovado o relatório, parece que tudo cai no esquecimento; não há o acompanhamento do Poder Judiciário e do Ministério Público no sentido de cobrar as indicações aprovadas e apresentadas no relatório. Eu acho que, a partir da conclusão e do término desta CPI, todos nós teremos a obrigação de fazer deste relatório um pouco de nosso livro diário, no sentido de acompanhar quais as conseqüências. O Sr. Law Kin Chong está preso — algo inédito, que há décadas se procurava no País e nunca se conseguia. Mas nós sabemos por que o Sr. Law Kin Chong está preso: em boa parte, por causa da coragem de V.Exa., nobre Deputado, que aqui disse que ele não foi preso porque é um pirata, mas por outros crimes. Agora, a prisão dele foi sólida; dificilmente ele sairá da cadeia. Então, eu acho que é obrigação do Poder Judiciário e do Ministério Público dar seqüência às investigações, porque, além de todas as acusações que pesam sobre ele, que já está preso, ele vai receber outras. E essas outras, eu não tenho dúvidas, são pela



prática de sonegação e pela prática de atos de pirataria, contravenção, contrabando e tudo o mais. No mais, quero cumprimentar a todos e dizer que amanhã virei aqui com observações em relação aos outros itens e capítulos do relatório, que ainda não tive tempo e condições de ler. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputada Vanessa Grazziotin. Nós ainda temos 2 oradores inscritos: os Deputados Júlio Lopes e Wanderval Santos. Então, eu passo a palavra ao Deputado... Deixe-me fazer um esclarecimento aqui. A Deputada me perguntou se havia sido preso agora um delegado da Polícia Federal em São Paulo. Não foi preso. Parece que foi presa mais gente agora, ligada à máfia chinesa, ligada ao Law. Parece que houve mais prisões. Você viu as de ontem ou de hoje?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Enfim, resolveram trabalhar. Resolveram fazer alguma coisa.

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Bem, é o que estão dizendo lá. Mas aquele delegado não foi preso; espero que seja, mas não sei se vai ser. Agora, o Deputado Julio Lopes, por favor.

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros desta audiência, eu ainda me recordo de quando nós estávamos dentro do depósito do Law, lá na Rua do *(ininteligível)*, nº 1.416, já por quase uma hora e meia, e a Polícia Federal estava passeando conosco, como se passeasse com cachorros, porque nós estávamos procurando as mercadorias e não encontrávamos. Eles estavam nos levando lá para o outro lado, quando, então, surgiu aquele benfeitor e disse: *“Os senhores estão sendo ‘passeados’ para o lado errado do depósito. O depósito é para o outro lado”*. Nós, então, fomos direcionados para o lado certo do depósito e lá pudemos encontrar 40 milhões em mercadorias, que foram devidamente apreendidas. Então, Sr. Presidente, essa e muitas outras histórias fazem parte desta CPI que, se Deus quiser, vai virar não só livro, mas também filme, em razão de todo o trabalho que foi feito. Quero, então, parabenizar todos os colegas, na pessoa de V.Exa., Sr. Presidente, e dizer da enorme coragem que V.Exa. teve. Já pude manifestar-lhe isso de forma privada, mas quero fazê-lo de



forma pública. De forma destemida, V.Exa. encarou esse bandido de alta periculosidade e colocou-o no lugar onde ele já deveria estar há muito tempo. Sr. Presidente, eu gostaria de parabenizar o nobre Relator pela qualidade do relatório e pela forma absolutamente correta com que o produziu e lhe deu índice, de forma a que possamos estar trabalhando em cima dele. Entretanto, existem alguns probleminhas operacionais. Eu comentava com o colega Deputado Julio Semeghini que alguns projetos estão com a assinatura errada, coisa que podemos estar apenas ajustando. Há algumas proposições do Deputado Julio Semeghini em que não consta o nome dele. Há uma proposição minha, no caso, também de adequação do tratado da Tríplice Fronteira e da questão da adequação da lei... Enfim, é o acordo da Tríplice Fronteira na adequação da Lei nº 952, que permite que as agências nacionais façam fiscalização nos territórios paraguaio, argentino e uruguaio, que já foi reconhecida pelo Parlamento brasileiro. Nós temos de fazer gestão junto ao Itamaraty, a fim de forçar ou de pedir que tanto o Paraguai quanto o Uruguai e a Argentina façam o devido reconhecimento desse decreto nos seus Parlamentos para permitir que não só a ANVISA, mas também a Receita Federal e os órgãos de fiscalização dos Estados de cada um desses países possam entrar nos demais territórios ou nos territórios contíguos e fazer a devida inspeção, análise e acompanhamento de cargas e outros efeitos, em relação à pirataria. Esse assunto já havia sido encaminhado à Assessoria Legislativa da CPI, mas, por qualquer razão, parece que foi desviado. Houve o uso de computador em duplicidade, enfim, algum problema. Então, seria importante que fosse corrigido amanhã, em função de que trabalhamos muito nisso. Eu, pessoalmente, viajei com o Deputado João Paulo, Presidente da Casa. Estivemos no Parlamento do Paraguai e obtivemos do seu Presidente o compromisso de que faria valer esse acordo da Tríplice Fronteira. Entretanto, a gente sabe que o Paraguai, por razões de foro político, não leva adiante o reconhecimento desse acordo, o que é imperioso para o combate efetivo da pirataria no País. Então, é muito importante que o Itamaraty brasileiro e que nós, da CPI, façamos novos esforços no sentido de que isso seja reconhecido. Essa proposição é minha, e eu gostaria que assim constasse. Uma outra solicitação é que, ainda ontem, eu falava com o Dr. Baldez, que é o assessor do Dr. Rachid, acerca de um requerimento, também de minha autoria e que esta CPI subscreveu,



com relação ao IPF — Instrumento de Procedimento Fiscal com relação ao Law e às suas empresas, sobre o que a Deputada Vanessa Grazziotin também já falou. Mas esse requerimento data do dia 4 de maio e, até então, não foi respondido satisfatoriamente. Porque, analisando as declarações de Imposto de Renda do Law e da sua família, assim como de suas empresas, é nítido o desencontro entre as informações prestadas de seus ganhos líquidos e a formação de seu patrimônio. Então, nós fizemos um requerimento a fim de que fosse instalado o procedimento fiscal, e a Receita ainda não deu a devida resposta a essa solicitação. Ontem, eu disse ao Dr. Baldez que nós concluiríamos essa votação hoje e que precisaríamos de uma resposta oficial da Receita, o que ainda não veio. E entendo, Srs. Deputados, que esse dado é absolutamente fundamental para que a gente feche esta questão dos procedimentos fiscais em cima do Law e da sua quadrilha da forma mais efetiva possível. Uma outra questão são 2 proposições legislativas de minha autoria alterando o Código de Propriedade Industrial, a lei que regulamenta o Código de Propriedade Industrial, fazendo do crime de fraude à propriedade intelectual um crime de ação pública, transformando. São as proposições legislativas que alteram o Decreto-Lei 9.279, de 14 de maio de 96, que tem o número, na minha proposição, de 12.006, de 2003, e a outra é a proposição de número 1.064, que agrava a pena também de multa e de reclusão para os crimes de adulteração em quadrilha ou de forma individual, enfim, todo aquele crime que vise ganho pecuniário em cima da adulteração ou da contrafação que seja penalizado não só com pena de reclusão, mas também com pena pecuniária. Essa é uma alteração legislativa que eu gostaria que a CPI subscrevesse, porque certamente, se ela não encerra o assunto, encaminha numa direção bastante importante, Sr. Presidente. Então, nesse sentido, Sr. Relator, eu gostaria que V.Exa. fizesse essa correção, porque nós havíamos encaminhado essas sugestões à nossa competente Secretaria, mas, por qualquer razão, nós não fomos, enfim, felizes na conclusão desse trabalho, por razões operacionais, sem contar os...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - Então, tenho certeza de que V.Exa. terá todo o empenho para corrigir. Tenho certeza de que a nossa assessoria fez o melhor dos esforços para fazê-lo, mas, infelizmente, houve alguns problemas operacionais,



que eu espero corrigir, para que esses assuntos possam ser inseridos e para que a gente possa, então, dar o melhor encerramento a esta CPI. No mais, parablenizo os senhores e todos os nossos colegas Deputados pelo brilhante trabalho da CPI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Julio Lopes. Também quero parabenizar V.Exa. pelo trabalho que fez nesta CPI, principalmente no que diz respeito às relações internacionais da CPI. Talvez esta tenha sido a primeira CPI que cultivou um relacionamento com entidades e Parlamentos de outros países, como o Parlamento americano e o Parlamento europeu, trocando informações. Muito obrigado. Passo a palavra, agora, para o último inscrito, Deputado Wanderval.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu quero, inicialmente, parabenizar V.Exa. pelo grande trabalho feito nesta CPI. Estou certo de que este trabalho só deu certo... Todo grande apresentador de televisão tem uma grande assessoria. Todo grande Parlamentar, os bons Parlamentares — estou tentando chegar lá, no segundo parlamentar — têm que ter uma boa assessoria. E o trabalho da CPI teve esse sucesso por causa do grande trabalho que teve a assessoria tanto interna, a partir do Dr. Sílvio, como toda a assessoria, de forma geral. Eu quero aqui me penitenciar. Desde o primeiro dia, eu me lembro, Sr. Presidente, quando a CPI foi aberta...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Atenção, por favor, deixe terminar a reuniãozinha aqui no meio. Depois V.Exa. continua.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Eu espero, eu vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Porque é muito importante.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Não, não. Eu vou esperar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Terminada essa reunião... Tem uma reunião paralela aqui.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Entendeu, Deputado?

O SR. DEPUTADO JULIO LOPES - É um feliz um esclarecimento, é um feliz esclarecimento. O Dr. Baldez está dizendo — V.Exa. me desculpe por eu lhe interromper — que a Receita instaurou o procedimento fiscal. Eu não tinha recebido



a resposta, e está me trazendo a resposta, que, eu acho, agrada a todos, e é da maior importância que todos saibam. A Receita instalou o procedimento fiscal nos últimos 5 anos, quanto ao Sr. Law, sua esposa, o Shopping Mundo Oriental e a Calinda — esclarece-me aqui o doutor.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pois é. E eu vi aqui várias...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Está assegurada a palavra ao Bispo Wanderval, feita a aclaração do Deputado Julio Lopes. Por favor, Bispo Wanderval.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Então partindo do Dr. Silvio, do Fernando, do Reinaldo, do Dr. Arthur, do Dr. Eudes, enfim, toda a assessoria, mas especificamente eu quero... Eu vejo V.Exa. balançar a cabeça até como coisa de reprovação. E eu quero me penitenciar, fazendo uma homenagem a essa grande brasileira que é a D. Francisca. Eu chamei a atenção dela aqui. Eu estou vendo V.Exa. chamando a atenção dela, e eu me lembro de que, no primeiro dia desta CPI, eu fui o primeiro a chamar atenção da D. Francisca.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu a chamei de Deputada ainda agora.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - Pois é, porque ela não me deu a lista, a nossa lista costumeira, em que nós subscrevermos, a lista de presença, eu chamei atenção dela. V.Exa. está chamando a atenção sabe por quê? Porque ela quer prestar um grande serviço a esta CPI. Então, parabéns, em nome da D. Francisca. Bom, parabenizar o Relator. E eu sou testemunha do Relator, do grande trabalho que ele vem fazendo, um relatório complicado, relatório este que foi pego no meio, mas ele mostrou sua competência no seu trabalho. Portanto, Sr. Presidente, dado o apelo dos meus colegas — não seria eu aqui que ia querer atrapalhar o trabalho dessa CPI —, eu acho que nós temos tudo para fechar com chave de ouro essa CPI. Então, eu quero retirar o meu pedido de vista. Retiro o meu pedido de vista logo, a fim de que nós votemos esse relatório. *(Palmas.)* Portanto, eu gostaria de fazer algumas considerações ao meu nobre companheiro de Comissão, ao nobre colega competente, como eu já disse, Deputado Josias Quintal. No relatório apresentado, são notadas as considerações do Sr. Relator no que se refere



ao tema bebidas. Conforme é de se verificar, não se trataria aqui de pirataria de bebida no estrito termo escolhido pelo Relator, mas sim de sonegação fiscal por parte das empresas. Eu temo, Sr. Relator, que o segundo tópico, sonegação fiscal, tão importante quanto o primeiro, que é pirataria, não tenha sido bem explanado no relatório apresentado. No item 5, Conclusão, página 25, o Relator faz a indicação de minha preocupação no relatório ao apontar caso de sonegação durante a investigação, diante do que o Relator apresenta. Eu quero apresentar ao Deputado Josias Quintal e aos nobres pares as seguintes sugestões ao relatório: que seja noticiado, além desse brilhante trabalho que S.Exa. fez, que seja noticiado ao CADE, ao Ministério Público, à Receita Federal, à Polícia Federal, à Secretaria de Fazenda dos Estados, para que formem um grupo de trabalho, a fim de apurar a fundo a possível sonegação fiscal do setor, lembrando que o setor movimentou, no ano de 2002, cerca de 13 bilhões. O Deputado Robson Tuma...

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - A sonegação de cerca de 13 bilhões de reais, segundo dados do sindicato do setor. Então, eu gostaria de fazer essa sugestão ao nosso Relator, no caso de bebidas. No caso de cigarros, Capítulo III, páginas 40 a 97, eu quero propor que, nas recomendações finais do capítulo, seja observado que houve compradores de produtos pirateados, que deverão ser punidos. Esse pessoal não pode, de forma alguma, ficar sem punição, punição esta que a lei exige. Eu quero recomendar às Secretarias de Fazenda dos Estados que façam uma devassa, para apurar o montante real da compra de cigarros pirateados. E, aproveitando a oportunidade, eu quero elogiar esse capítulo, tão bem observado pelo nobre colega. Na indústria fonográfica, que é um grande empregador, diga-se de passagem — é bom que se observe isso —, em todas as suas fases de produção o mercado fonográfico brasileiro tem sido, ano a ano, destroçado — esta é a palavra mais bem empregada —, destroçado pela pirataria nacional, inviabilizando o crescimento do mercado legal. Nós verificamos, Sr. Presidente, durante nossa apuração, que o Paraguai é um dos maiores compradores de CDs virgens do mundo, sendo utilizado como rota de passagem para o mercado brasileiro de pirataria. Eu sugiro que seja oficiado também ao Ministério das Relações Exteriores, Sr. Relator, para que sejam envidados todos os esforços no sentido de viabilizar a



assinatura de tratado ou acordo de cooperação, para que esses operadores de importação sejam levados à Justiça. Nos produtos farmacêuticos, que é no Capítulo IX, páginas 147 a 176, mas só o Capítulo IX, eu entendo, Sr. Relator, que os órgãos de fiscalização, no item nº 3, foram omissos, os órgãos de fiscalização — todos nós sabemos disso. E é comum verificarmos que empresas sérias, competentes e de qualidade comprovada têm dificuldade na aprovação de produtos e serviços no órgão de fiscalização, em razão, eu acredito, da complexidade que tem que ser observada na liberação de produtos de uso terapêutico. Ocorre que a ocorrência e a agilidade que o mercado requer de quem oferece produtos e serviços nesta área no Brasil tem sofrido concorrência de quem deveria fomentar as operações e assim agilizar a operacionalidade, visando à oferta ao usuário. Então, eu recomendo também ao nobre Relator que seja o Governo oficiado sobre a necessidade de qualificação de maior número de técnicos, para atender com agilidade os pedidos de outorga ou de aprovação de produtos, especialmente nas áreas farmacêutica e alimentícia. E, por último, eu quero dizer ao Relator que, parece-me, a pág. 181... Josias, a pág. 181 está em local inadequado. Eu li o relatório atentamente e constatei. A indicação teria de estar no final do Capítulo XI, apenas em local diferente. Era isso, Sr. Presidente, e, encerrando, eu gostaria de parabenizar...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO WANDERVAL SANTOS - E o brilhante trabalho que o Relator Josias Quintal vem fazendo. Dadas essas sugestões, eu estou satisfeito com o relatório, votarei com todo o prazer, na certeza de que a CPI da Pirataria deu grande contribuição ao País. Encerro as minhas palavras fazendo minhas as palavras da Deputada Vanessa Grazziotin: após aprovação amanhã, se Deus quiser, seremos nós, todos os componentes da CPI, os guardiões de acompanhamento do nosso relatório. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Bispo Wanderval. Quero dizer que V.Exa. nunca atrapalhou os trabalhos desta Comissão. O seu pedido de vista é normal para um Parlamentar. V.Exa. sempre foi um homem inquieto, mas isso não significa atrapalhar. É cobrar, é exigir. V.Exa. deu sempre uma grande contribuição. Tuminha, Deputado Tuminha, V.Exa. já falou 4 vezes.



O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - É, Presidente, mas eu quero falar 20 enquanto eu achar imperfeições, e essa aqui é muito especial, na pág. 9. Esta imperfeição... Eu, que amo muito meu pai, Deputado Medeiros, sei o amor que V.Exa. tem, sempre teve e sempre terá pelo senhor seu pai. E, na pág. 9, colocaram no item 2. Por isso, eu faço questão de falar mais 10 vezes, e essa é muito especial, porque aqui, quando colocaram da composição da Comissão, fizeram uma homenagem a um grande seringueiro do País, um homem simples, um grande brasileiro, que é o pai de V.Exa., em vez de colocar o nome de V.Exa., e eu, obviamente, quero fazer a sugestão da mudança, ressaltando que, nesse caso, é um orgulho, como é para mim ter sido trocado pelo pai, como muitas vezes acontece comigo nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Tuma, realmente eu me sinto lisonjeado, feliz, porque me chamaram de Antônio Medeiros, realmente Antônio Medeiros é o meu pai. Que Deus o tenha em bom lugar! Mas vale a homenagem, vale a recordação, muito obrigado pela lembrança. Alex Canziani, para encerramento.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Depois vai o Relator falar.

O SR. DEPUTADO ALEX CANZIANI - Perfeito, Sr. Presidente. Eu só gostaria de deixar os meus cumprimentos aqui a toda CPI, a toda assessoria, a V.Exa. como Presidente pela maneira como conduziu os trabalhos dessa CPI e pelos resultados que ela efetivamente alcançou, sem dúvida de grande repercussão, isso, o trabalho que a CPI fez, teve em todo o Brasil nós acompanhamos pelo rádio, pelos jornais e pela própria televisão, uma repercussão muito grande porque ela efetivamente, a pirataria, ela, coíbe a criação de empregos, a criação de novas oportunidade de emprego no nosso País. Então, esse trabalho foi muito importante, eu quero cumprimentar também aqui o nosso brilhante Relator, ele que tem uma vida ligada à área de segurança, que tem um profundo conhecimento de como funcionam essas questões no nosso País e pôde, sem dúvida alguma, pelo seu conhecimento, pela sua competência, exarar um parecer realmente a respeito dessa questão. Obviamente o setor de pirataria ele acompanha todos os ramos da nossa atividade econômica no País. Se nós ficássemos por mais 1 ano, 2 anos, nós teríamos tantos



outros aspectos a levantar. Agora, sem dúvida foi um trabalho profundo, um trabalho com muita dedicação. Eu quero cumprimentar aqui a todos os pares que compuseram a essa Comissão, parabenizar a todos os servidores dessa Casa, pessoas que ficaram à disposição dessa CPI dos mais variados órgãos de Governo e sem dúvida nenhuma foi um trabalho excelente que acima de tudo chega a um bom final. Parabéns o Relator, parabéns ao Presidente, parabéns a todos aqueles que ao Sílvio, que foi nosso grande Secretário, e na certeza que outras empreitadas essa Casa possa tomar e que nós tenhamos também da mesma forma um final como este, mostrando à sociedade brasileira a importância que tem essa atividade, principalmente dando sugestões, Sr. Relator. Não é só a crítica, não é só colocar, não é só expor, mas mais do que isso V.Exa. através do seu relatório sugere medidas efetivas para que nós possamos então minorar a pirataria e minorar a sonegação em nosso País. Parabéns a todos os membros e parabéns ao Relator e parabéns ao Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Alex Canziani. Você quer falar de novo, Tuma?

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não. Eu vou passar para o Relator, mas amanhã ainda há alguns oradores inscritos, eu também quero fazer uma intervenção, porque eu até agora não li relatório, presidi a CPI e até agora não li relatório, quero ler agora à noite, a Deputada Laura Carneiro também.

(Não identificado) - Espero que V.Exa. não peça vista ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Como?

(Não identificado) - Eu espero que V.Exa. não peça vista ao relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Não, não vou pedir vista, não. Eu vou passar a palavra para o Relator, mas amanhã vamos fazer uma grande mobilização, porque acho que a discussão está boa e amanhã, às 10 horas, a gente faz um final de discussão e votamos amanhã às 10 horas.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Pela ordem, Sr. Presidente. Só falta a Deputada Laura que pediu e nós aqui todos concordamos, realmente não seria justo não abrir para ela. Para que a gente não corra o risco de amanhã todo mundo querer se inscrever outra vez porque regimentalmente seria, V.Exa. poderia encerrar



a discussão e amanhã a gente volta e obviamente V.Exa. daria a palavra pela ordem à Deputada Laura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Rubinelli.

O SR. DEPUTADO RUBINELLI - Sr. Presidente, a Deputada Vanessa Grazziotin fez uma observação aqui pertinente, parece que amanhã pela manhã nós temos sessão, então é problemático, provavelmente.

(Intervenção inaudível.)

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A sessão será amanhã às 8 horas da manhã.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Sr. Presidente, eu acho que até pelas sessões e por viagem de vários os Parlamentar e todos gostariam de estar presentes na hora de aprovar até para dar os parabéns era importante que realmente a sugestão do Deputado Robson fosse acatada, no sentido de se possível a gente encerrar a discussão, uma vez que só a Deputada pediu, e todos tinham sido convocados para estar aqui, pela palavra de ordem V.Exa. abriria exceção à Deputada Laura, em seguida nós voltaríamos a palavra ao Presidente e ao Relator e votaríamos o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu acho que é acatada a sugestão do Deputado Robson Tuma. Amanhã, convocamos todo mundo para as 10h, e, às 10h, é importante estar tudo mundo aqui. A última oradora fala em seguida, e nós entraremos em regime de votação. Passo a palavra, então... o Sr. Relator também está de acordo com isso.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Então, está encerrada a discussão. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vou procurar ser bem breve e não vou responder...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Atenção, Deputadas e Deputados. Vamos ouvir o Relator, que é importante.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Eu não vou responder individualmente à colega Vanessa, ao Julio, ao Wanderval, ao Tuma e ao Alex. Vou procurar sintetizar a resposta para todos, até porque a hora está avançada, e



V.Exas. indicaram uma série de medidas, uma série de ajustes que têm que ser feitos no relatório. E eu estou e preocupado interessado em fazer, em atender a todos, porque é justo. Afinal, esse relatório da CPI é um relatório feito por todas as mãos daqueles que fazem parte da CPI. Em momento algum o Relator trouxe para si essa obrigação exclusiva. Quero, inclusive, desculpar-me com os companheiros Deputados, como o Julio Lopes e aqueles que tiveram propostas que não foram inseridas na forma desejada no relatório da CPI. Mas temos algum tempo. Inclusive eu me disponho a ficar hoje aqui à noite, com a equipe que nos está assessorando, trabalhando nisso, para que façamos um relatório mais próximo daquilo que é o desejo de todos. Porque o relatório é isto: ele expressa o trabalho, a vontade e as manifestações de cada um dos integrantes. É esse o sentimento que eu tenho, e essa é a minha vontade. Fiz muitas anotações aqui. Vou pedir aos Deputados que me ajudem ao término desse trabalho e compareçam ao gabinete, ou, então, amanhã cedo, para fazer um acompanhamento do trabalho. Eu vou sair daqui, vou reunir a equipe e vou passar essas observações, mas V.Exas. me ajudem na fiscalização desse trabalho, está certo? E assim eu acho que vamos cumprir nossa missão. Finalmente, Presidente, eu quero dizer que esse equívoco da Comissão, certamente, foi providencial, na medida em que citamos aqui o nome do seu pai, que, certamente, está me dando a luz, ao longo de todo esse tempo, para condução, para comandar todos esses trabalhos. Então, quem sabe, esse equívoco possa, na verdade, ter sido intencional, para que o Tuma tivesse a oportunidade de fazer referência a essa homenagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Tuma nunca tinha me homenageado em nada. Deputados, obrigado pela presença de todos. Eu acho que foi um grande dia e uma grande discussão. Amanhã, às 10h... Como é, Tuma?

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Está suspensa a sessão e já encerrou o debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Eu queria agora, como questão de ordem... Sílvio, está suspensa?

O SR. SÍLVIO SOUZA DA SILVA - Está encerrada a reunião.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Encerrada a reunião. Amanhã, nós temos que ter *quorum* aqui com todo mundo. Tem que ter *quorum*, está bom? Encerrada a discussão.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - Sr. Presidente, pela ordem. Não há nenhum impedimento regimental a que seja suspensa a sessão e voltemos amanhã. Várias vezes nós já fizemos isso. Então, sugiro a V.Exa. que seja suspensa. Suspensa e volta amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Consultada a Relatoria e os nossos assessores, está suspensa a sessão.

O SR. DEPUTADO JULIO SEMEGHINI - Exatamente. Quero só lembrar, Sr. Presidente, que, inclusive, quando o *quorum* estava mais alto, com todos os Deputados, ficou combinado que a sessão seria suspensa, para amanhã só continuar e fazermos a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Só continuar, porque, inclusive, a lista de oradores está aberta com a Deputada Laura. Bem lembrado, Tuma.

O SR. DEPUTADO ROBSON TUMA - A lista foi encerrada, e ficou só uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Da Deputada Laura. Muito obrigado, Tuma. Tchau.

(A reunião é suspensa.)